



FACULDADE CESMA DE MARACANAÚ
DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

NATHÁLIA PINHEIRO LIMA DE MESQUITA

PERFIL PROFISSIONAL DO PROFESSOR COM ALUNO SURDO

MARACANAÚ – CEARÁ
2025

NATHÁLIA PINHEIRO LIMA DE MESQUITA

PERFIL PROFISSIONAL DO PROFESSOR COM ALUNO SURDO

Trabalho de Conclusão de curso para a aprovação do TCC apresentado à Faculdade Cesma de Maracanaú - FACESMA, como requisito básico para conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

MARACANAÚ – CEARÁ
2025

PERFIL PROFISSIONAL DO PROFESSOR COM ALUNO SURDO

Nathália Pinheiro Lima de Mesquita¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar o perfil profissional de quem trabalha com aluno surdo. A pesquisa é do tipo bibliográfico, com abordagem qualitativa. É através do trabalho do profissional de Libras que os surdos conseguem obter seguridade e acessibilidade comunicacional e os indivíduos ouvintes não sinalizantes conseguem acessar tudo àquilo que se encontra na língua de sinais. Tornando-se indispensável à presença do intérprete, sendo está uma exigência efetiva ao meio escolar e extraescolar do surdo, pois, este é um resultado da demanda de pessoas surdas e não somente da decisão dos ouvintes, como acontecia geralmente no passado. Conclui-se então que o profissional que possui aluno surdo usuário de Libras precisa ter total controle das línguas de trabalho, sendo estas, competência bilíngue, linguística, comunicativa, a obtenção e concepção da habilidade tradutória, assim como de competência tradutória intermodal, e de competência interpretativa educacional. Ressalto ainda sobre a participação de todas as partes que constituem o grupo escolar, cooperando com o avanço da qualidade de trabalho do profissional de Libras, como por exemplo, expandindo a oferta sistematizada de formação continuada em serviço, priorizando perspectivas direcionadas ao crescimento da qualificação interpretativa educacional, assim como da qualificação tradutória intermodal.

Palavras-chave: Educação inclusiva; perfil profissional; libras

¹ Aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia; Graduada em História e Letras-Libras; Especialista em docência, tradução e interpretação de Libras.

1. INTRODUÇÃO

A formação em Libras procura sanar com as necessidades do público surdo em sua comunicação, apresentando mais acessibilidade, estabelecendo na coletividade o prazer de se tornar bilíngue e a surdez passe a ser considerada não somente como uma deficiência, mas sim, como uma forma necessária para que todos possam se comunicar com igualdade, sem preconceitos.

Já o conceito de escola inclusiva, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Especial (BRASIL, 1998), implica em uma nova postura da escola regular que deve propor no projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos.

Sabemos então, que as políticas sucedidas das conquistas sociais da comunidade surda, trazem influências para uma exigência recorrente de profissionais tradutores e intérpretes de língua brasileira de sinais e português, especialmente para a área educacional (FARIA; GALÁN-MAÑAS, 2018). No Brasil, os cursos superiores em tradução e interpretação em língua brasileira de sinais começaram no ano de 2008. O objetivo deste artigo é identificar o perfil profissional do professor que possui aluno surdo.

De acordo com Martins e Nascimento (2015), é totalmente necessário um cuidado acadêmico especial para os novos ingressantes desses cursos, aprendizes/tradutores no Brasil e enfatizam sobre a importância da universidade apresentar uma responsabilidade na concepção desses profissionais que estão conhecendo a língua, mas que estes passem a ter uma empatia recíproca perante a comunidade usufrutuária da língua, os surdos e outros falantes da língua brasileira de sinais.

Entende-se que nos últimos anos houve um aumento considerado entre oferta e demanda, assim como a urgência de formação acadêmica na área de tradução e interpretação de Libras – português (FARIA; GALÁN-MAÑAS, 2018), logo, amplia-se a oferta de cursos. Do mesmo modo, é imprescindível, refletir o perfil dos seus docentes.

Martins (2006) ressalta a apreensão com relação à qualificação e profissionalização do tradutor, destacando que esse acontecimento, no que lhe concerne, vem ocasionando a necessidade de se trabalhar o ensino da tradução e a concepção de educadores especializados, de preferência com uma representação híbrida, que apresente desenvolvimento pedagógico e vivência tradutória.

É indispensável refletir as necessidades dos profissionais em conformidade com o cenário de trabalho, para oferecer respostas ao atual panorama, seguindo, as transformações tecnológicas e as variações de mercado, dada pelos meios contemporâneos de informações, que demandam elementos diferenciados.

Mendes (2001) considera que os computadores nos provocam a procurar atuações diferenciadas e a refletir sobre nossa função de docentes na contemporaneidade. O primeiro papel do professor não precisa ser somente a de propagador dos saberes, já que esta é realizada de modo bastante efetivo por diferentes métodos. Seu papel precisa se mover no fluxo de ser um encorajador do processo de aprender e do pensamento, do posicionamento crítico e reflexivo, e a escola a função de ensinar a serem criativos, usando a tecnologia do seu dia a dia como ferramenta de ensino-aprendizagem.

A constituição dos professores que trabalham nos estabelecimentos de ensino brasileiro é bem diferenciada. Esses perfis não se encontram estagnados, as combinações mais distintas podem acontecer, derivando em uma abundância de conhecimento e experiência extremamente significativa (MARTINS, 2006).

Com relação ao que é necessário instruir nos cursos de tradução e interpretação Libras, Monteiro (2003) defende que essa especulação, de modo geral, apresenta um entendimento acerca de que o docente se utiliza dos próprios saberes, às suas boas experiências de vida e seu próprio percurso acadêmico e ocupacional.

Para considerar a afinidade dos professores com os saberes que perpassam, o conceito de saber docente desvenda-se como um instrumento teórico de grande relevância por apresentar, como propósito, a importância da existência de saberes intrínsecos dos professores, isto é, de que os educadores são pessoas, com uma história de vida e profissional, no qual geram e movimentam saberes no seu exercício profissional (MONTEIRO, 2003).

Dessa forma, compreendemos que o saber da área profissional, ou seja, a formação acadêmica e a experiência sobrevinda da atuação são conhecimentos que valorizam a prática docente, constituindo em saberes relevantes e movimentados pelos profissionais, na formação de tradutores e intérpretes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A história relata que no Brasil, todo o empenho de Dom Pedro II para inserir a didática dos surdos era somente por causa de conviver com um neto surdo, filho da princesa Isabel, e, por almejar que ele viesse a ser educado. Dessa forma, solicitou ao professor francês Hernest

Huet para dar origem à Língua Brasileira de Sinais (HONORA, 2009). Huet era ex-aluno surdo do instituto de Paris e autor da Língua Francesa de Sinais e do alfabeto manual francês. A educação e a composição escolar brasileira eram precária, Huet solicitou ao Príncipe Dom Pedro II, um imóvel para instituir, em 26 de Setembro de 1857, o Instituto dos Surdos-Mudos na cidade do Rio de Janeiro, depois modificado para Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES. (HONORA, 2009) Contudo, somente em 1911, por conta do Congresso Nacional dos Surdos- Mudos de Milão, a educação começou a utilizar o oralismo modesto como língua primária e a de sinais como auxiliar, apresentando como suposição que a utilização de sinais levaria o indivíduo surdo a acomodar-se e, conseqüentemente sofreria uma desestimulação para a fala, sujeitando-se a viver numa subcultura (SALLES, 2004).

Dessa forma, a instrução dos surdos não se admitiu entristecer. No ano de 1923 foi constituída uma escola privativa em São Paulo exclusivamente para meninas, denominada por Instituto Santa Terezinha, assim como a Escola de Surdos de Vitória do Espírito Santo, no ano de 1957. Ultimamente, existe um apontamento de vários colégios municipais destinados às pessoas surdas, como a Escola Hellen Keller em Caxias do Sul e a Escola Anne Sullivan em São Caetano do Sul. Esses colégios são bilíngües e apresentam uma finalidade no investimento de Libras e do seu exercício, com métodos apropriados que envolvem a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais Brasileira (NOVAES, 2014).

Já no dia 24 de abril de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso aprovou a LIBRAS como a língua oficial da comunidade surda, determinada pela Lei Nº 10.436 (BRASIL, 2002).

Diante disso, a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) e as outras deficiências, por exemplo, tem garantido o ingresso dessas pessoas com deficiência no Ensino Regular, resguardado por lei, tanto pela Constituição de 1988 como também pela LDB de 1996, não sendo possível recusar nenhum cidadão por ser deficiente. A legislatura reivindica a sugestão de amparo ao serviço individualizado às pessoas com deficiência.

No Art. 22, do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, os estabelecimentos federais de ensino, assim como encarregados da Educação Básica, precisam garantir a inserção das pessoas surdas e/ou deficientes auditivos, de maneira ordenada:

- I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa.

É notório, a relevância da inserção da LIBRAS no Ensino Regular de Ensino, com a finalidade do estudante surdo ou deficiente auditivo conseguir se desenvolver de modo satisfatório e absoluto.

As sugestões de ensino e a legislatura apoiam um ensino bilíngue, constituindo-se a LIBRAS a primeira língua dos surdos e a Língua Portuguesa sendo secundária. No pertencente à conquista desta última, tem por propósito oralizar os surdos, com um objetivo de oferecer-lhes a comunicação junto de surdos e espectadores, ainda assim, a comunicação não se realiza. Exatamente por corresponderem há um número mínimo, com isso os surdos mantêm-se distanciados.

Cabe destacar que, como a conversação gestual é a meio de comunicação principal das pessoas surdas, é necessário ponderar ser ela a fundamental para os mesmos e não o oralismo absoluto, já que Salles (2004) afirma que as pessoas surdas sujeitas à oralização não apresentam habilmente a fala, nem interatuam oralmente de modo proveitoso.

Nossas leis, assim como garantem um ensino regular, precisam também oferecer apoio e acolhimento às pessoas surdas no ambiente escolar. Ainda que tenha se tornado a obrigatoriedade do ensino da LIBRAS nos estabelecimentos de educação, existem escolas que ainda não se atualizaram com relação a essa exigência. Já as escolas que contém o ensino bilíngue, exercem além da comunicação de sinais (Libras) como o português na modalidade escrita.

Fica claro, o quanto é relevante a inserção da LIBRAS na rede regular de ensino, assim como o profissional qualificado para exercer esse trabalho, a fim de que o estudante surdo ou deficiente auditivo consiga expandir seu conhecimento de modo eficiente e pleno. Ainda que exista nos livros de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental uma resumida exploração com relação a Libras e a Datilologia (escrita manual), o material é apresentado de maneira superficial (MENDONÇA, *et. al.* 2018).

Diante disso, é interessante defender, mais uma vez, que a surdez não é um empecilho para a comunicação em meio aos surdos e ouvintes. A ausência de ensinamento e de conhecimento da LIBRAS nas escolas, em comum, é o que causa uma limitação no diálogo entre ambos. A obtenção da língua de sinais é indispensável, deste modo, não exclusivamente aos surdos, mas inclusive aos ouvintes.

Portanto, compreendesse que, para modificar a sociedade em um povo bilíngue, ideia que vem sendo refletida desde o séc. XX, é indispensável que, em agregado ao ensino da Libras, aprecie-se a Cultura Surda na mesma condição em que é apreciada a Cultura Ouvinte, sem enaltecer uma em relação a outra.

Assim, é imprescindível que a LIBRAS permaneça como meio de educação na escola de modo efetivo, assim como uma matéria a ser fornecida na Educação Básica desde a educação infantil, permitindo a comunicação e, no que lhe concerne, o diálogo em meio a pessoas surdas e ouvintes (MENDONÇA, *et. al.* 2018).

Dessa forma, o profissional na Educação tem sido estimulado pelo Decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o qual normalizou a Lei N°10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), e o artigo 18 da Lei N°10.098, de 19 de dezembro de 2000, que institui princípios gerais e critérios básicos para o ingresso da acessibilidade das pessoas com deficiência.

Para o intérprete, seu papel é promover o diálogo entre indivíduos surdos, pessoas com deficiência auditiva, professores, chefes de serviços e parceiros do círculo educacional. O trabalho do intérprete no Ensino Fundamental e Médio já é uma realidade brasileira, e ainda não é aceitável para a adequada inclusão do surdo, pois permanece uma necessidade das crianças e jovens de se comunicarem com todos os que representam a sociedade escolar, sejam surdos ou ouvintes, e dessa forma o intérprete não consegue preencher essa demanda. É necessário analisar também a questão de que o intérprete opera na Educação Infantil, mas nesse âmbito os surdos ainda não apresentam conhecimento sobre a língua de sinais. Então, fica evidente a não eficiência da Base Nacional Comum Curricular para os Surdos.

No Brasil, é oferecida através da Lei n° 12.319, de 1° de setembro de 2010, a qualificação em tradução e interpretação de Libras – português, explicitando as regras da ocupação de tradutor e intérprete de Libras. O Art. 4° comprova que é preciso ser desempenhada por intermédio de:

- I – curso de formação profissional reconhecido pelo Sistema que os credenciou;
 - II – curso de extensão universitária; ou
 - III – curso de formação continuada promovido por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.
- Parágrafo único: a formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III. (BRASIL, 2010, p. 1)

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015, art. 28. § 2°) ainda determina que a qualificação pode ser de nível médio. Entretanto, delibera que os profissionais que operarem na tradução e interpretação em assuntos educativos de disciplinas de graduação e pós-graduação precisam apresentar nível superior com certificado prioritário em tradução e interpretação.

- I - os tradutores e intérpretes de Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência em Libras;
- II - os tradutores e intérpretes de Libras, quando direcionados à tarefa de

interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (BRASIL, 2015, p. 1)

Entendemos que o exercício da língua por profissionais tradutores e intérpretes demanda conhecimento adequado, atrelado inteiramente a prática profissional e, conseqüentemente, da tradução/interpretação, que necessitam ser estruturado (FARIA, GALÁN-MAÑAS, 2018).

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada em um trabalho de pesquisa é fundamental e importante para descrever como a pesquisa será conduzida, estabelecendo sua classificação, o método de abordagem, a natureza, o tipo e as técnicas de pesquisa empregadas (GIL, 2011).

Deste modo, este trabalho foi desenvolvido de acordo com o delineamento de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Inicialmente foi realizada a busca de artigos, livros, dentre outros, que abordassem sobre a temática.

Para Gil (2011), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, teses e dissertações. A principal vantagem deste tipo de pesquisa reside no fator de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente.

A metodologia é um instrumento usado para se fazer ciência. É, na ciência, principalmente nas sociais, que tudo é discutível não existindo uma teoria final, pois quando pensamos que chegamos ao final de um estudo de pesquisa sobre uma determinada temática, na verdade apenas construímos um novo objeto a ser pesquisado. Gil (2011) destaca que as fontes devem fornecer as respostas adequadas à resolução e/ou entendimento do problema proposto. A pesquisa foi realizada nos bancos de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, livros, dentre outros.

Foram trabalhadas as categorias chaves: Educação Inclusiva; Perfil Profissional; Libras. Os artigos utilizados foram publicados entre os mais variados anos, contanto que abordassem sobre a temática. A ordenação se deu da seguinte forma: Ordenação dos dados: procedeu-se à leitura e releitura destes, organizando-os segundo autor, tema estudado, tipo de estudo realizado; Classificação do material: ocorreu a partir da leitura dos artigos obtidos na literatura, buscando identificar os aspectos que se assemelham e divergem entre si. Análise

final: estabeleceu-se a articulação entre os dados obtidos nos artigos e a literatura que aborda a temática.

A seguir, apresentamos alguns métodos que podem servir como exemplo e consequentemente na aplicação direta destes em sala de aula, disponíveis na internet.

FIGURA 1 – PAINEL ALFABETO



Fonte: <https://bolachapedagogica.com/alfabeto-de-parede-libras/>, 2023.

O painel de alfabeto contém todas as letras do alfabeto e, na vertical, na direção da letra, o profissional consegue direcionar os alunos a metodologia de colagem de figuras, consequentemente, escrevendo o nome correspondente.

FIGURA 2 – QUEBRA CABEÇA

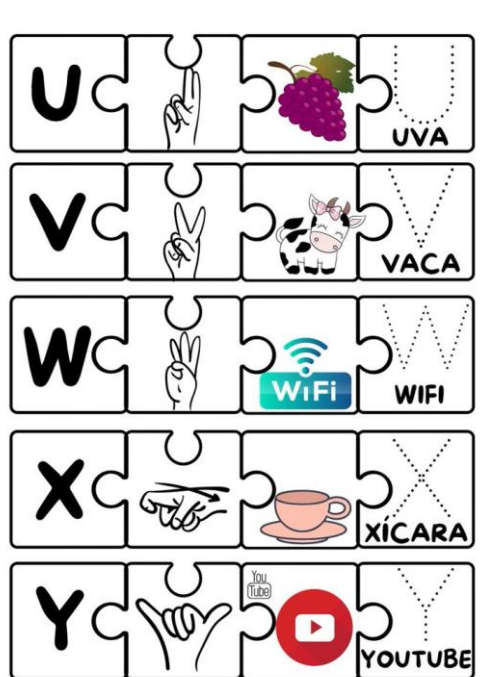


Fonte: <https://danieducar.com.br/quebra-cabeca-com-palavras-simples/>, 2023.

Já nesta figura, o quebra-cabeça de palavras, o profissional consegue desenvolver a tarefa de associação de um desenho, pois as imagens estabelecem um apoio significativo no método de aprendizagem.

Mas para integrar o aluno surdo em uma aula mais inclusiva a opção é utilizar um quebra-cabeças adaptado para ele, como no exemplo abaixo:

FIGURA 3 – QUEBRA-CABEÇA



@prof.gabbiefaleiro

Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/11047961580446617/>, 2023.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O professor que atua com alunos surdos tem um papel essencial na promoção de inclusão, acessibilidade e no desenvolvimento educacional desses estudantes. Este profissional precisa ir além das competências convencionais do ensino e se dedicar a compreender as especificidades linguísticas, culturais e pedagógicas inerentes ao contexto da surdez. Aqui estão algumas das principais características e habilidades que definem o perfil desse professor:

Domínio da Língua de Sinais

Uma das habilidades mais fundamentais para trabalhar com alunos surdos é o conhecimento e a fluência na Língua Brasileira de Sinais (Libras). A Libras é a principal forma

de comunicação para muitos alunos surdos, e dominar essa língua permite ao professor garantir acesso igualitário ao conteúdo e promover a interação completa em sala de aula. Mais do que isso, o uso da Libras demonstra respeito à identidade linguística e cultural da comunidade surda.

Sensibilidade e Empatia

O professor precisa ser sensível às necessidades educacionais e emocionais de seus alunos surdos. Isso significa ser capaz de se colocar no lugar do estudante, entendendo suas barreiras comunicativas e buscando alternativas para superar dificuldades de forma inclusiva.

Conhecimento sobre Educação Inclusiva

Trabalhar com alunos surdos exige um conhecimento aprofundado sobre princípios da educação inclusiva e das legislações que garantem os direitos das pessoas com deficiência. Isso inclui o domínio de estratégias pedagógicas adaptadas, acessibilidade e o uso das tecnologias assistivas no processo de aprendizagem.

Flexibilidade e Criatividade

O professor que trabalha com alunos surdos precisa adaptar suas práticas de ensino para atender a diferentes necessidades. Isso pode incluir a criação de materiais visuais, metodologias interativas, jogos e o uso de recursos tecnológicos. A criatividade é essencial para tornar o conteúdo pedagógico atraente, compreensível e acessível.

Capacidade de Colaboração

O ensino de alunos surdos frequentemente envolve o trabalho conjunto com intérpretes de Libras, fonoaudiólogos, psicopedagogos e outros profissionais. Um professor comprometido entende a importância de uma abordagem multidisciplinar para atender ao aluno de forma completa e eficiente.

Respeito à Cultura Surda

A surdez não deve ser vista como uma deficiência apenas, mas como uma característica que faz parte de uma identidade cultural própria, a Cultura Surda. O professor deve valorizar e respeitar essa cultura, reconhecendo sua importância na vida do aluno. Isso

inclui o incentivo ao protagonismo do aluno surdo em ações que fortaleçam sua autoestima e senso de pertencimento.

Paciência e Persistência

Cada aluno surdo tem suas próprias particularidades, e o processo de ensino pode demandar mais tempo e ajustes do que no aprendizado de alunos ouvintes. Ter paciência e persistência ao longo desse caminho é indispensável para construir uma relação de confiança e colaboração com o estudante.

Atualização Constante

O campo da educação de surdos está em constante evolução. Novos estudos sobre pedagogia bilíngue, tecnologias assistivas e abordagens inclusivas surgem regularmente. Um bom professor busca se atualizar constantemente, participando de cursos, workshops e eventos voltados para o fortalecimento dessa área.

Criação de um Ambiente Visualmente Rico

Professores que trabalham com surdos valorizam os recursos visuais na sala de aula, como imagens, gráficos, vídeos e demonstrações práticas. Além disso, é importante organizar o ambiente de forma que facilite a comunicação visual entre o professor e os alunos, bem como entre os colegas de classe.

O perfil do professor que trabalha com alunos surdos exige uma combinação de competências técnicas, como o domínio da Libras, e qualidades humanas, como empatia, paciência e respeito à diversidade. Este profissional tem a responsabilidade de ser um facilitador do aprendizado, promovendo a equidade e contribuindo para o desenvolvimento pleno dos alunos surdos em um ambiente inclusivo e acolhedor. Com dedicação, sensibilidade e inovação, o professor pode transformar a educação desses estudantes e liderar esforços para uma sociedade mais acessível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o profissional de Libras para trabalhar nessa área, necessita estar bem formado e mantendo consecutivamente os estudos para sempre se manter atualizado. É indispensável o controle das línguas de trabalho, sendo estas, competência bilíngue,

linguística, comunicativa, a obtenção e concepção da habilidade tradutória, mais precisamente de competência tradutória intermodal, e de competência interpretativa educacional.

Ressalto a importância da participação de todas as partes que constituem o grupo escolar, assim como a dos que criam as políticas, os administradores dos campos de educação e os demais profissionais. Determinadas sugestões são indispensáveis para cooperar com o avanço da qualidade de trabalho do profissional educacional de Libras, como por exemplo, expandir a oferta sistematizada de formação continuada em serviço, priorizando perspectivas direcionadas ao crescimento da qualificação interpretativa educacional, assim como da qualificação tradutória intermodal.

Deste modo, concluímos que a inserção do profissional de Libras no âmbito escolar é de grande relevância para todos de modo geral, assim como os ouvintes e observamos a importância da inserção de fato da pessoa surda no âmbito escolar.

Esta é uma maneira do surdo comunicar-se, sociabilizar-se, estabelecendo deste modo sua identidade.

Almejo, portanto, ter favorecido um debate sobre a importância desse profissional, assim como sobre a relevância da comunicação e inserção da pessoa surda, levando em consideração que até pouco tempo atrás ocorria de modo insatisfatório. Compreendemos que essa discussão não se finda aqui, mas abrem alternativas, para mais adiante, na qual o termo inclusão não seja meramente uma fantasia de muitos, mas uma prática de todos.

Logo, proporcionar uma educação de qualidade para todos, com chances similares para que todas as escolas constituam para todos os educandos, é um desafio que atravessa por conflitos diários por parte de quem se aflige com a exclusão e/ou com uma aparente inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001 de 14 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BRASIL. (1996). **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 20 dez. Seção 1, p. 27.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, 1º de setembro de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

FARIA, Juliana Guimarães; GALÁN-MAÑAS, Anabel. Um estudo sobre a formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S.l.], v. 57, n. 1, pp. 265-286, mar. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
HONORA, Márcia. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LACERDA, Cristina Bróglia Feitosa de. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MARTINS, Márcia Amaral Peixoto. Novos Desafios na Formação de Tradutores. **Cadernos de Tradução. Florianópolis**, v1, nº 17, pp. 25- 44, 2006.

MARTINS, V. R. O.; NASCIMENTO, V. Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro. **Cadernos de Tradução. Florianópolis**, v. 35, n. especial 2, pp. 78-112, jul.-dez., 2015.

MENDOÇA, Lorena Medeiros de. *et. al.* A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS COMO COMPONENTE CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Rev. Educação: Saberes e Práticas**. v. 7, n. 1 (2018).

MENDES, Tereza Marte Ribeiro. **Curso de inclusão digital no campestre I**. 2011. Disponível em: <http://www.barbacenadigital.com.br/noticias/curso-de-inclusao-digitalno-campestre-i.html>. Acesso em: 11 out. 2021.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Entre saberes e práticas: a relação de professores com os saberes que ensinam**. In: ANPED, REUNIÃO ANUAL. 26, 2003, Poços de Caldas. 2003, Poços de Caldas. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro, 2003.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos: educação, direito e cidadania**. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014. 188p.

PIRES, Daniela Fernandes Vieira Guimarães. **A CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR COM CRIANÇAS SURDAS**. 2005. 55f. (Trabalho de Conclusão de Curso) CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA, Brasília, 2005. Disponível em: <repositorio.uniceub.br/bitstream/235/6777/1/20213375.pdf>.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. *Et. al.* **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica.** Brasília: MEC, SEESP, 2004. 2v.: il.(Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos)